

PARECER 1156/1999 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE
ECONÔMICA SOBRE O PL 717/1998

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, propõe a alteração da lei nº 10.012 de 1995, ampliando o número de assentos reservados de quatro lugares para que gestantes, idosos, mulheres portando criança de colo ou bebê e deficientes físicos tenham prioridade no uso de todos os assentos do veículo.

A propositura tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça que apresentou um substitutivo e conclui o parecer pela legalidade.

Apesar de considerar relevante o objetivo da propositura, consideramos que a reserva de todos os assentos como prioritários acaba se revelando como inócua, sendo o mesmo de não reservar nenhum pois as pessoas inquiridas a oferecer o lugar em que está sentada pode alegar que existam mais outros trinta lugares reservados e porque justamente ela é que deverá seguir viagem em pé. Assim, melhor seria ainda reservar alguns acentos demarcados para uso de gestantes, idosos, mulheres com crianças de colo, em maior número do que existe hoje.

SUBSTITUTIVO Nº 99 AO PROJETO DE LEI Nº 717/98

Dispõe sobre alterações dos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.012, de 13 de dezembro de 1985 e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.012, de 13 de dezembro de 1985, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Todos os veículos empregados nas linhas de transporte coletivo de passageiros, no Município de São Paulo, deverão ter os oito primeiros lugares sentados, de sua parte dianteira, reservado para uso por gestantes, mulheres portando bebês ou crianças de colo, idosos e deficientes físicos. No caso de todos os assentos reservados estarem ocupados, as pessoas nestas condições terão prioridade no uso dos outros assentos.

Art. 2º - A determinação mencionada no artigo anterior deverá ser aplicada através da colocação de placa indicativa instalada no interior do veículo, com os seguintes dizeres: Todos os veículos empregados nas linhas de transporte coletivo de passageiros, no Município de São Paulo, deverão ter os oito primeiros lugares sentados, de sua parte dianteira, reservado para uso por gestantes, mulheres portando bebês ou crianças de colo, idosos e deficientes físicos. No caso de todos os assentos reservados estarem ocupados, as pessoas nestas condições terão prioridade no uso dos outros assentos."

Art. 2º - O passageiro que, não pertencendo a nenhuma das categorias de usuários que esta lei visa proteger, se recusar a ceder seu assento, quando solicitado por pessoa nessas condições especiais, ou, a seu pedido, pelo motorista ou pelo cobrador, poderá sofrer multa no valor de 178 (cento e setenta e oito) UFIR - Unidades Fiscais de Referência, duplicada no caso de reincidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - O executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, 01/10/99.

Devanir Ribeiro - Relator

Natalício Bezerra

Aurelino de Andrade

Maria Helena